

Jornal da Tarde

É COM VOCÊ

Viu uma notícia? Escreva ou fotografe e mande para a gente

Luzes de rua ficam acesas na zona norte

☞ Segundo o leitor Silvio Silva, as luzes da Rua Nelson, na Vila Isolina Mazzei, na zona norte de São Paulo, estão acesas há pelo menos duas semanas. O leitor conta que já avisou a Prefeitura pelo telefone 156 e também pelo site da administração, mas nada foi resolvido. Silva reclama não apenas da iluminação com defeito, que pode acarretar em mais despesas para o cidadão, mas também chama a atenção para a falta de respeito da Prefeitura com os moradores.

É COM VOCÊ

Viu uma notícia? Escreva ou fotografe e mande para a gente

Terreno da Eletropaulo vira depósito de lixo, afirma leitor

☞ O leitor Marcos Antonio Venanzi, morador de um condomínio localizado na altura do número 1.029 da Rua Dianópolis, na Mooca, zona leste de São Paulo, escreve ao **Jornal da Tarde** para chamar a atenção das autoridades para um problema de um terreno que fica localizado atrás de seu condomínio. Segundo ele, o espaço deve ser administrado pela Eletropaulo. Lá estão localizadas torres de transmissão da concessionária, mas se tornou um depósito de lixo e entulho. Vizinhos de ca-

sas aos fundos desse terreno passaram a jogar lixo ali, o que tem atraído insetos, aranhas e roedores. Esses animais agora começaram a invadir as casas de seu condomínio, ainda mais agora na época de chuvas. Venanzi afirma que, desde março, entra em contato com a Eletropaulo para que o espaço seja limpo. O leitor conta que já registrou seis protocolos na empresa e, até o momento, o problema não foi resolvido. Ele pergunta de quem é a responsabilidade e quando a limpeza poderá ser feita.



Daniel Mabilia / Diário SP

Está faltando ética no Cemitério Vila Formosa

Achei excelente a reportagem "Cemitério Vila Formosa vai ser pavimentado" (Dia a Dia, 19/1, página 12). Estive lá na semana passada por volta das 14 horas, próximo ao Cruzeiro. Acendemos velas assustados com os homens e mulheres consumindo crack, outros nos rondavam pedindo esmolas. Um dos funcionários da administração atendeu a minha família com um cheiro muito forte de cerveja. Quer dizer, beber em horário de serviço pode? Lamentável. É uma falta de ética e segurança no maior cemitério da América Latina.

...José E. Ferreira, *capital*

Destaques

MP cobra planos para resíduos

Ministério Público cobra de prefeituras os planos para o cumprimento da política nacional de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, sob pena de não receberem recursos para aterros e implantação da coleta seletiva. **E1**

Ambiente Até agosto, municípios devem apresentar projetos à União
Ministério Público cobra planos de resíduos sólidos

Laura Ignacio e Bárbara Pombo
 De São Paulo

O Ministério Público (MP) de alguns Estados está exigindo das prefeituras a apresentação de planos para o cumprimento da política nacional de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010. Os municípios têm até agosto para apresentar suas estratégias de gestão do lixo para o governo federal. Caso contrário, não receberão recursos para a instalação de aterros sanitários e a implantação da coleta seletiva.

Esse acompanhamento permitirá aos promotores traçar uma estratégia para forçar os municípios a cumprir a lei, que não estabelece punições. Eles poderão propor termos de ajustamento de conduta (TACs) ou mesmo ações contra prefeituras e prefeitos. Os planos municipais devem levar em consideração que, diferentemente das demais normas ambientais, a Lei nº 12.305 impõe a responsabilidade compartilhada — entre fabricantes, comerciantes, consumidores e governo — em relação à destinação e reciclagem de produtos comercializados.

A pressão dos MPs estaduais é importante para a adoção de políticas de resíduos sólidos pelos municípios, segundo a advogada especialista em direito ambiental Pa-



Advogada Patrícia Iglecias: "Sem uma atuação do MP, dificilmente essas políticas serão implantadas"

trícia Iglecias, do Viséu Advogados. Muitas prefeituras alegam que não têm recursos suficientes para implementá-las e que precisam da ajuda das empresas. "Os empresários, por sua vez, dizem que necessitam de infraestrutura para executar seus planos de gestão de resíduos", diz a advogada. "Sem uma atuação do MP, dificilmente essas políticas serão implantadas."

O Ministério Público do Maranhão decidiu não esperar o prazo para apresentação dos planos ao governo federal para começar a agir. Pelo acompanhamento, segundo Fernando Barreto Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente do MP no Estado, já dá para saber quais prefeitos estão dispostos a cumprir a lei. Ele lembra que a capital São Luís, por exemplo, já foi condenada, com base na Lei de Crimes Ambientais, por manter lixões a céu aberto.

No Rio de Janeiro, o MP já abriu aproximadamente 170 inquéritos civis para a implementação da política nacional de resíduos sólidos. "O esforço agora é para que os municípios elaborem seus planos e para dar continuidade às ações judiciais e medidas de responsabilização das prefeituras pelo lançamento irregular de resíduos", afirma o promotor Murilo de Bustamante, acrescentando que os gestores podem ser diretamente responsabilizados pela ausência de planos municipais.

Os promotores do Espírito San-

tos estão mais adiantados. Já foram firmados alguns termos de ajustamento de conduta. Por meio de sua assessoria de imprensa, o MP do Estado informou que assinou com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha, Vitória e Viana um TAC para que sejam adotadas medidas para corrigir, minimizar, neutralizar e prevenir degradações ambientais causadas pela destinação inadequada de resíduos sólidos, inclusive de acordo com a política nacional.

No Judiciário, os promotores têm utilizado a Lei nº 12.305 apenas para reforçar seus argumentos em ações propostas contra prefeituras com base em legislações estaduais sobre resíduos sólidos, na Lei de Crimes Ambientais ou na Lei Nacional de Saneamento Básico. O MP do Paraná já usou a política nacional de resíduos sólidos em ações de improbidade administrativa propostas contra os prefeitos de Paranaguá e Jacarezinho. Esses processos foram iniciados em 2008 por suposto descumprimento da Lei de Saneamento Básico.

Em caso de condenação, a pena

pode chegar à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos dos prefeitos. As ações foram propostas pelo procurador de justiça do meio ambiente Saint-Clair Honorato dos Santos. "Orientamos os promotores a fazer isso em todas as ações possíveis", afirma.

As administrações de Jacarezinho e Paranaguá argumentam que não dispõem de recursos para colocar em prática a gestão de resíduos sólidos. "Não há máquinas e equipe técnica para implementar a política. O Estado e a União não fomentam o plano com investimentos", afirma o advogado Leonardo Costa Santo, secretário de conservação urbana de Jacarezinho, destacando que 50% do material recolhido pelo município já é reciclado. "Em 2008, não havia nada."

O diretor da Secretaria do Meio Ambiente de Paranaguá, Alysson Schneider, afirma que "o município está fazendo o possível para regularizar a situação". Segundo ele, o plano de saneamento básico foi finalizado em 2011 e, agora, espera a aprovação do Legislativo. Schneider diz ainda que já há área e verba de R\$

2 milhões para a construção de um aterro sanitário. Porém, o licenciamento ainda não foi liberado. "Conseguimos ainda aumentar o volume de material reciclado. De 50 toneladas em 2010 passou para 130 toneladas em 2011", afirma.

O governo federal também está acompanhando a implantação dos planos de resíduos sólidos. Em outubro, abriu edital para financiar os custos de Estados e municípios com consultoria técnica para a elaboração dos projetos. De 250 propostas prévias de planos municipais apresentadas, 61 foram aprovadas. Dessas, 41 já tiveram recursos empenhados, em um total de R\$ 45 milhões.

Além disso, será lançada em fevereiro uma cartilha com orientações sobre como formular um plano. Com esse apoio, segundo o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Nabil Bonduki, o governo busca a aprovação de planos que tragam estabilidade aos serviços prestados. "Há municípios que utilizaram recursos federais para construir aterros que, algum tempo depois, viraram verdadeiros lixões", diz.

Municípios se antecipam à legislação

De São Paulo

Há prefeituras que já concluíram seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. O município de Guarulhos, em São Paulo, e as cidades que compõem o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul — que formaram o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Pró-Sinos) — são alguns exemplos.

A prefeitura de Guarulhos finalizou seu plano um ano antes do prazo legal, em agosto de 2011. O que foi possível porque antes da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, a prefeitura começou a

elaborar um plano de gestão de lixo. Segundo Maria Helena Ribeiro, secretária de serviços públicos do município, primeiro foi feito um diagnóstico da situação, depois realizadas oficinas de trabalho sobre possíveis soluções e, então, feito um prognóstico para cada tipo de lixo.

Em relação aos resíduos da construção civil, por exemplo, a ideia é aumentar o número de pontos de entrega voluntária para aqueles que resolvem fazer uma pequena reforma em casa. Hoje, o material fica em caçambas diferenciadas, administradas pela prefeitura. Há resíduos que podem ser moídos e reaproveitados em obras da própria prefeitura. Os resíduos

secos ficarão a cargo de cooperativas de catadores. A compostagem será adotada para os materiais orgânicos, a começar pelos restos das feiras livres da cidade. "Em relação ao resíduo industrial, incentivaremos a iniciativa privada a participar", afirma Maria Helena.

Já no Vale dos Sinos há um consórcio de municípios formado em 2007, ano em que entrou em vigor a Lei Nacional de Saneamento Básico. "O plano regional para a aplicação da gestão integrada de resíduos sólidos está pronto e, agora, com base nisso, começamos a fazer os planos para cada um dos 26 municípios que hoje fazem parte do consórcio", afirma Júlio Dorneles, dire-

tor executivo do Pró-Sinos. O consórcio finalizou o plano com antecedência também porque, antes da legislação, já planejava uma gestão integrada.

Dorneles diz que há municípios do consórcio que reciclam 2% dos resíduos domésticos e outros 25%. "Por meio do Pró-Sinos, fica mais fácil um município passar seu know how para o outro", diz. Em relação à Lei de Saneamento Básico foi firmado um termo de cooperação entre cinco municípios e o Ministério Público para incentivar essa troca. O que, segundo Dorneles, funcionou. O consórcio tem hoje cerca de R\$ 1,15 bilhão aprovados para investir em saneamento. (11)

Não há clippings de rádios para esta data.